

## BARREIRAS ATITUDINAIS E INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS NO PROCESSO EDUCACIONAL DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

ATTITUDINAL BARRIERS AND SCHOOL INCLUSION: CHALLENGES IN THE EDUCATIONAL PROCESS OF STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS

BARRERAS ACTITUDINALES E INCLUSIÓN ESCOLAR: DESAFÍOS EN EL PROCESO EDUCATIVO DE LOS ESTUDIANTES CON NECESIDADES EDUCATIVAS ESPECIALES

Lenilde Gouvea dos Santos<sup>1</sup>  
Erika Sales Cabral<sup>2</sup>  
Rozineide Iraci Pereira da Silva<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo discute as barreiras atitudinais no contexto da inclusão escolar dos alunos da Educação Especial, analisando como preconceitos, práticas discriminatórias e concepções capacitistas interferem nos processos de aprendizagem, participação e pertencimento no ambiente educacional. A pesquisa possui abordagem qualitativa, caráter descritivo e exploratório, sendo desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. Foram utilizados livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos legais relacionados à educação inclusiva e às barreiras atitudinais. As discussões evidenciam que, apesar dos avanços legislativos voltados à inclusão escolar, ainda persistem práticas excludentes nas relações pedagógicas e institucionais das escolas. Os resultados apontam que as barreiras atitudinais se manifestam por meio de baixas expectativas de aprendizagem, exclusão simbólica, superproteção e invisibilidade pedagógica, comprometendo o desenvolvimento acadêmico, emocional e social dos estudantes da Educação Especial. O estudo também destaca a importância da formação docente crítica e reflexiva para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas. Conclui-se que a efetivação da inclusão escolar depende da transformação das atitudes, concepções e práticas construídas no cotidiano educacional. Além disso, o estudo ressalta que a superação das barreiras atitudinais exige compromisso coletivo da comunidade escolar, envolvendo gestores, professores, famílias e estudantes, visando fortalecer relações democráticas, acolhedoras e acessíveis no processo de inclusão contemporânea.

**Palavras-chave:** Barreiras atitudinais. Inclusão escolar. Educação Especial. Capacitismo.

---

<sup>1</sup> Pedagogia (UFAM). Professora.

<sup>2</sup> Pedagogia. Supervisora. Educacional. (UFAM).

<sup>3</sup> Ph.D. Doutora em Ciências da Educação, Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Psicopedagoga, Pedagoga, Analista do Comportamento Aplicada, Especialista em Escrita Acadêmica Avançada, Professora do Ensino Superior e professora orientadora da Christian Business School-CBS.

**ABSTRACT:** This article discusses attitudinal barriers in the context of school inclusion of Special Education students, analyzing how prejudice, discriminatory practices, and ableist conceptions interfere in learning, participation, and belonging within the educational environment. The research adopts a qualitative approach, with descriptive and exploratory characteristics, developed through a bibliographic review. Books, scientific articles, dissertations, theses, and legal documents related to inclusive education and attitudinal barriers were used. The discussions reveal that, despite legislative advances aimed at school inclusion, exclusionary practices still persist in pedagogical and institutional school relations. The results indicate that attitudinal barriers are manifested through low expectations regarding learning, symbolic exclusion, overprotection, and pedagogical invisibility, compromising the academic, emotional, and social development of Special Education students. The study also highlights the importance of critical and reflective teacher education for the construction of more inclusive pedagogical practices. It is concluded that the effectiveness of school inclusion depends on transforming attitudes, conceptions, and practices developed within the educational context. Furthermore, the study emphasizes that overcoming attitudinal barriers requires the collective commitment of the school community, involving managers, teachers, families, and students, aiming to strengthen democratic, welcoming, and accessible relationships in the contemporary inclusion process.

**Keywords:** Attitudinal barriers. School inclusion. Special Education. Ableism.

**RESUMEN:** Este artículo analiza las barreras actitudinales en el contexto de la inclusión escolar de estudiantes con necesidades educativas especiales, examinando cómo los prejuicios, las prácticas discriminatorias y las concepciones capacitistas interfieren en los procesos de aprendizaje, participación y pertenencia al entorno educativo. La investigación presenta un enfoque cualitativo, de carácter descriptivo y exploratorio, y se desarrolló a través de una revisión bibliográfica. Se utilizaron libros, artículos científicos, disertaciones, tesis y documentos legales relacionados con la educación inclusiva y las barreras actitudinales. Los análisis muestran que, a pesar de los avances legislativos en favor de la inclusión escolar, persisten prácticas excluyentes en las relaciones pedagógicas e institucionales de las escuelas. Los resultados indican que las barreras actitudinales se manifiestan a través de bajas expectativas de aprendizaje, exclusión simbólica, sobreprotección e invisibilidad pedagógica, lo que compromete el desarrollo académico, emocional y social de los estudiantes con necesidades educativas especiales. El estudio también subraya la importancia de una formación docente crítica y reflexiva para la construcción de prácticas pedagógicas más inclusivas. Se concluye que la consecución de la inclusión escolar depende de la transformación de las actitudes, concepciones y prácticas arraigadas en la vida educativa cotidiana. Además, el estudio subraya que superar las barreras actitudinales requiere un compromiso colectivo de la comunidad escolar, que involucre a administradores, docentes, familias y estudiantes, con el objetivo de fortalecer relaciones democráticas, acogedoras y accesibles en el proceso de inclusión contemporáneo.

**Palabras clave:** Barreras actitudinales. Inclusión escolar. Educación especial. Capacitismo.

## 1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como uma das principais diretrizes das políticas educacionais contemporâneas. Essa perspectiva fundamenta-se no reconhecimento de que todos os estudantes possuem direito ao acesso, à permanência e à

participação no ensino regular, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais ou sociais. Nesse contexto, a diversidade humana passou a ser compreendida como elemento constitutivo do processo educativo, exigindo da escola novas formas de organização pedagógica e institucional (Mantoan, 2003).

No Brasil, importantes marcos legais contribuíram para o fortalecimento da inclusão escolar. A Constituição Federal de 1988 assegurou a educação como direito de todos, enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 reforçou o princípio da igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Posteriormente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) consolidou a orientação para matrícula dos estudantes da Educação Especial em classes comuns do ensino regular.

Apesar desses avanços, a efetivação da inclusão escolar ainda enfrenta inúmeros desafios no cotidiano educacional. Em muitos contextos, a simples presença do estudante com deficiência na escola regular não garante sua participação efetiva nos processos de aprendizagem. Isso ocorre porque diversas instituições permanecem estruturadas em modelos pedagógicos homogêneos, que dificultam o reconhecimento das diferenças como parte do ambiente escolar.

Nesse cenário, destacam-se as chamadas barreiras à inclusão. Segundo Sasaki (2010),

---

 essas barreiras podem ser classificadas em arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, programáticas e atitudinais. Entre elas, as barreiras atitudinais assumem grande relevância por estarem relacionadas às crenças, preconceitos e comportamentos construídos historicamente em relação às pessoas com deficiência.

As barreiras atitudinais manifestam-se de diferentes maneiras no ambiente escolar. Muitas vezes aparecem nas baixas expectativas sobre a aprendizagem dos estudantes da Educação Especial, na resistência à adaptação das práticas pedagógicas ou até mesmo na segregação indireta desses alunos durante as atividades escolares. Em outras situações, surgem por meio da superproteção excessiva, que limita a autonomia e a participação dos estudantes.

De acordo com Mittler (2003), as atitudes dos profissionais da educação influenciam diretamente as oportunidades de aprendizagem e participação oferecidas aos alunos com deficiência. Dessa forma, a permanência de concepções negativas ou capacitistas contribui para a manutenção de processos de exclusão, mesmo em instituições que se apresentam como inclusivas.

Muitas dessas atitudes estão relacionadas às concepções sociais historicamente construídas sobre a deficiência. Durante longos períodos, as pessoas com deficiência foram compreendidas a partir de uma visão assistencialista e incapacitante, sendo frequentemente consideradas impossibilitadas de participar plenamente da vida social e educacional. Essa perspectiva influenciou diretamente a estrutura dos sistemas de ensino, que por décadas desenvolveram práticas marcadas pela segregação e exclusão desses sujeitos.

Segundo Mantoan (2003), a escola tradicional foi estruturada para atender a um modelo padronizado de estudante, dificultando o reconhecimento das diferenças como elemento constitutivo da aprendizagem. Nesse sentido, a inclusão escolar exige uma mudança paradigmática, capaz de transformar não apenas as estruturas físicas da escola, mas também as concepções e atitudes presentes nas relações educativas.

Do ponto de vista acadêmico, discutir as barreiras atitudinais torna-se fundamental para compreender os limites da inclusão escolar na contemporaneidade. Embora a temática da inclusão tenha avançado significativamente nas últimas décadas, muitos estudos ainda concentram suas análises em aspectos legais e estruturais, deixando em segundo plano as dimensões subjetivas que atravessam o cotidiano escolar.

A relevância social desta pesquisa relaciona-se à necessidade de fortalecimento de práticas pedagógicas mais democráticas, humanizadas e inclusivas. Em uma sociedade historicamente marcada pela exclusão das pessoas com deficiência, discutir as barreiras atitudinais representa uma possibilidade de problematizar preconceitos naturalizados e promover reflexões sobre o papel social da escola na valorização da diversidade.

Parte-se da hipótese de que atitudes preconceituosas, expectativas reduzidas e práticas pedagógicas excludentes constituem fatores que comprometem a participação plena dos estudantes da Educação Especial no ambiente escolar. Mesmo diante dos avanços legais relacionados à inclusão, essas barreiras continuam interferindo negativamente no desenvolvimento acadêmico, social e emocional desses alunos.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar as barreiras atitudinais presentes no ambiente escolar e compreender de que maneira essas atitudes dificultam o processo de inclusão dos alunos da Educação Especial no contexto da educação básica.

## 2. METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. A abordagem

qualitativa possibilita compreender fenômenos sociais e educacionais a partir das percepções, concepções e significados construídos nas relações humanas e institucionais. Segundo Minayo (2014), esse tipo de pesquisa favorece interpretações críticas acerca da realidade investigada.

A pesquisa possui caráter descritivo, pois busca identificar e analisar as barreiras atitudinais presentes no ambiente escolar em relação aos alunos da Educação Especial. Além disso, apresenta caráter exploratório, uma vez que pretende ampliar as discussões sobre atitudes excludentes e seus impactos no processo de inclusão escolar (GIL, 2008).

A investigação foi realizada por meio de levantamento bibliográfico em bases de dados científicas como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico, Periódicos CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para a busca dos materiais foram utilizados os descritores: “barreiras atitudinais”, “educação inclusiva”, “Educação Especial”, “inclusão escolar” e “capacitismo”, combinados por meio de operadores booleanos.

Foram selecionados livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos legais publicados em língua portuguesa, priorizando produções publicadas entre os anos de 2010 e 2026. Entretanto, também foram utilizados autores clássicos anteriores a esse período, considerados fundamentais para a construção da fundamentação teórica sobre inclusão escolar e Educação Especial.

Entre os principais autores utilizados destacam-se Mantoan (2003), Sasaki (2010), Mittler (2003) e Glat e Blanco (2007), além de documentos normativos brasileiros voltados à educação inclusiva.

### 3. BARREIRAS ATITUDINAIS NO AMBIENTE ESCOLAR

A discussão acerca das barreiras atitudinais no ambiente escolar tornou-se cada vez mais relevante no contexto das políticas de inclusão educacional. Embora os avanços legais tenham ampliado o acesso dos alunos da Educação Especial às escolas regulares, a efetivação de práticas verdadeiramente inclusivas ainda representa um desafio significativo para muitas instituições de ensino.

As barreiras atitudinais estão relacionadas aos preconceitos, estigmas, crenças e comportamentos construídos socialmente em relação às pessoas com deficiência. Segundo Sasaki (2010), essas barreiras surgem quando o sujeito passa a ser percebido apenas por suas limitações, o que restringe suas possibilidades de participação social e educacional.

No ambiente escolar, tais barreiras podem manifestar-se de maneira explícita ou silenciosa. Muitas vezes aparecem nas baixas expectativas em relação ao desempenho dos estudantes da Educação Especial, na resistência à adaptação das práticas pedagógicas ou na exclusão indireta desses alunos durante atividades escolares. Em outras situações, surgem por meio de atitudes aparentemente protetivas, mas que acabam limitando a autonomia e o protagonismo dos estudantes.

De acordo com Mantoan (2003), a escola tradicional foi historicamente estruturada para atender a um modelo homogêneo de estudante. Nesse contexto, alunos que apresentam diferenças físicas, intelectuais ou sensoriais acabam sendo vistos como sujeitos incapazes de acompanhar o processo educativo em igualdade de condições com os demais colegas. Essa lógica contribui para a permanência de práticas excludentes no cotidiano escolar.

Além disso, as barreiras atitudinais não se restringem apenas à relação entre professor e aluno. Elas podem estar presentes na gestão escolar, nas interações entre estudantes e até mesmo na relação entre escola e família. De acordo com Mittler (2003), a inclusão escolar depende da participação coletiva de toda a comunidade educativa, sendo impossível consolidar práticas inclusivas em ambientes marcados por preconceitos e concepções capacitistas.

Cabe destacar também o caráter subjetivo dessas barreiras que, diferentemente das barreiras arquitetônicas ou comunicacionais, as barreiras atitudinais encontram-se associadas às formas de pensar e interpretar a deficiência. Muitas vezes, atitudes discriminatórias são reproduzidas de maneira inconsciente, tornando ainda mais difícil sua identificação e superação no contexto escolar.

Nesse sentido, Glat e Blanco (2007) afirmam que a inclusão escolar exige uma transformação cultural dentro das instituições de ensino. Não basta garantir matrícula e acesso ao espaço escolar; é necessário construir ambientes educativos fundamentados no respeito à diversidade e na valorização das diferenças humanas.

A permanência dessas barreiras demonstra que a exclusão escolar pode ocorrer mesmo em contextos considerados formalmente inclusivos. Em muitos casos, o estudante encontra-se fisicamente inserido na sala de aula, mas permanece distante das experiências efetivas de participação e aprendizagem.

Dessa forma, compreender as barreiras atitudinais torna-se fundamental para analisar os limites da inclusão escolar na contemporaneidade. Refletir sobre essas atitudes possibilita identificar mecanismos simbólicos de exclusão ainda presentes no cotidiano educacional e

evidencia a necessidade de construção de práticas pedagógicas mais democráticas, inclusivas e humanizadas.

### 3.1 Conceitos e características das barreiras atitudinais

Notadamente, a inclusão escolar consolidou-se como um princípio fundamental das políticas educacionais contemporâneas, sobretudo a partir da defesa do direito de todos os estudantes à participação no ensino regular. “Contudo, a realidade escolar experimenta uma série de barreiras atitudinais que prejudicam o processo inclusivo” (Café; Wu, 2025, p. 1). De certa forma, essas barreiras estão relacionadas a comportamentos, crenças e preconceitos que limitam ou dificultam a participação plena dos estudantes com deficiência no processo educativo.

Sasaki (2010) afirma que as barreiras atitudinais estão relacionadas a estigmas, discriminações e percepções negativas sobre a deficiência. Nesse mesmo sentido, Mantoan (2003) ressalta que a inclusão escolar depende, sobretudo, da transformação das atitudes presentes no ambiente educacional. Para a autora, não basta garantir a matrícula do estudante na escola regular; é necessário construir práticas pedagógicas capazes de reconhecer a diversidade humana como parte constitutiva do processo de aprendizagem.

As barreiras atitudinais manifestam-se de diferentes formas no contexto escolar e podem influenciar diretamente as oportunidades de aprendizagem oferecidas aos estudantes da Educação Especial. Muitas vezes, essas barreiras aparecem por meio de expectativas reduzidas em relação ao desempenho desses alunos ou pela crença de que eles não são capazes de acompanhar as atividades propostas em sala de aula.

Estas barreiras podem estar presentes tanto nos professores quanto na comunidade escolar, favorecendo dificuldades para o processo de ensino e aprendizagem desses alunos e podendo afetar a prática pedagógica do(a) professor(a) sobre a inclusão (Zanzarini, 2023, p. 3).

Nesse sentido, Mittler (2003) destaca que as atitudes dos professores exercem forte influência sobre as possibilidades de participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência. Da mesma forma, Carvalho (2012) aponta que as concepções pedagógicas tradicionais, centradas na homogeneização dos alunos, podem reforçar práticas excludentes no ambiente escolar. Nesse contexto, Glat e Pletsch (2011) enfatizam que a superação dessas barreiras exige mudanças nas concepções educacionais e na forma como a diversidade é compreendida na escola.

Além disso, as barreiras atitudinais não se manifestam apenas por meio de atitudes explicitamente discriminatórias. Muitas vezes, aparecem de maneira silenciosa e naturalizada nas relações pedagógicas, tornando-se difíceis de identificar no cotidiano escolar. Em vários contextos educacionais, os estudantes da Educação Especial permanecem fisicamente inseridos na sala de aula, mas afastados das experiências efetivas de participação e aprendizagem. Nesse sentido, Beyer (2006) afirma que a exclusão escolar pode ocorrer de maneira simbólica e silenciosa, sobretudo quando o estudante participa apenas parcialmente das atividades desenvolvidas no ambiente educacional.

Grande parte dessas atitudes está associada às representações sociais historicamente construídas acerca da deficiência. Isso porque, durante muito tempo, as pessoas com deficiência foram vistas a partir de uma perspectiva assistencialista, sendo consideradas incapazes de participar plenamente da vida social e educacional. Essa visão, de certa forma, influenciou a organização dos sistemas educacionais, que durante décadas promoveram a segregação desses estudantes em instituições especializadas. Omote (2008) destaca que os preconceitos relacionados à deficiência foram historicamente construídos e incorporados às relações sociais, influenciando diretamente as práticas educacionais e os processos de inclusão escolar.

Muitas ações podem ser percebidas em discursos de generalizações e estereótipos relacionados a particularidades em pessoas que não são pertencentes ao grupo dominante. Estas ações promovem preconceitos e exclusões. Estes são os elementos norteadores das barreiras atitudinais (Ribeiro; Simões; Paiva, 2017, p. 219).

8

Nesse contexto, percebe-se que as barreiras atitudinais estão diretamente relacionadas às formas como a sociedade interpreta e valoriza determinados sujeitos. Assim, discursos preconceituosos e práticas excludentes acabam sendo naturalizados também no ambiente escolar, dificultando a efetivação da inclusão educacional.

Segundo Pletsch (2014), o modelo médico da deficiência contribuiu significativamente para a consolidação de práticas educacionais excludentes, centradas nas limitações dos sujeitos. A autora afirma que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes eram atribuídas exclusivamente às suas condições individuais, desconsiderando as barreiras sociais e institucionais presentes no ambiente escolar.

De acordo com Mantoan (2003), a escola tradicional foi estruturada com base em modelos de ensino que valorizavam a padronização dos estudantes, dificultando o reconhecimento das diferenças como parte do processo educativo. Sasaki (2010) acrescenta que a mudança desse paradigma exige uma nova compreensão social sobre a deficiência e sobre o direito à participação.

Com o avanço das discussões sobre inclusão social e direitos humanos, o modelo social da deficiência passou a questionar essas concepções tradicionais. Nessa perspectiva, as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência não decorrem apenas de suas condições físicas ou intelectuais, mas também das barreiras impostas pela sociedade e pelas instituições.

No cotidiano escolar, as barreiras atitudinais podem ser observadas em atitudes aparentemente simples, mas que produzem impactos significativos no processo de inclusão. Entre essas atitudes, destacam-se a superproteção, a exclusão indireta de determinadas atividades ou a delegação da responsabilidade pelo aluno com deficiência exclusivamente ao professor de apoio ou ao atendimento educacional especializado.

Mittler (2003) afirma que a inclusão escolar exige a participação de toda a comunidade educativa e não pode ser compreendida como responsabilidade isolada de um profissional. Carvalho (2012) reforça que práticas pedagógicas baseadas na segregação ou na redução das expectativas de aprendizagem contribuem para a manutenção de processos de exclusão. Nesse mesmo sentido, Glat e Blanco (2007) argumentam que a construção de uma escola inclusiva depende da reorganização das práticas pedagógicas e da cultura institucional.

Outro fator importante diz respeito às expectativas que os professores constroem em relação aos alunos da Educação Especial. Quando as expectativas são limitadas, as oportunidades de aprendizagem também tendem a ser reduzidas, o que acaba por comprometer o desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes.

De acordo com Crochík (2011), as expectativas negativas construídas pelos educadores influenciam diretamente o desempenho e a participação dos estudantes no ambiente escolar. Nesse mesmo sentido, Mantoan (2003) destaca que a valorização das potencialidades dos alunos constitui um elemento essencial para a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Além das atitudes individuais, as barreiras atitudinais também podem estar relacionadas à cultura institucional das escolas. Em muitos contextos educacionais, a inclusão ainda é compreendida como responsabilidade exclusiva da educação especial, e não como compromisso coletivo de toda a comunidade escolar. Essa perspectiva limita a construção de práticas pedagógicas colaborativas e dificulta a implementação de estratégias inclusivas no cotidiano escolar.

Glat e Blanco (2007) ressaltam que a escola inclusiva exige mudanças na organização institucional e na forma como o trabalho pedagógico é desenvolvido. Pletsch (2014) destaca que a consolidação da inclusão escolar depende de políticas educacionais consistentes e de práticas

pedagógicas comprometidas com a diversidade. Sasaki (2010) complementa que a superação das barreiras atitudinais exige mudanças nas atitudes sociais e institucionais.

Outro aspecto importante relacionado às barreiras atitudinais refere-se ao capacitismo. Mello (2016) define o capacitismo como um conjunto de práticas e discursos que inferiorizam pessoas com deficiência a partir de padrões corporais, intelectuais e comportamentais considerados socialmente ideais. No ambiente escolar, isso se manifesta quando os estudantes da Educação Especial são vistos como incapazes de aprender, desenvolver autonomia ou participar efetivamente das atividades propostas.

Além disso, muitas práticas pedagógicas acabam produzindo invisibilidade educacional. Em diversos contextos escolares, o aluno encontra-se presente fisicamente na sala de aula, porém suas necessidades e potencialidades não são consideradas no planejamento das atividades pedagógicas.

Mendes (2010) afirma que práticas pedagógicas padronizadas dificultam a participação dos estudantes da Educação Especial, sobretudo quando desconsideram os diferentes ritmos e formas de aprendizagem existentes no ambiente escolar. A autora destaca que a ausência de estratégias inclusivas contribui para processos de exclusão simbólica e afastamento pedagógico.

As barreiras atitudinais também afetam significativamente o desenvolvimento emocional dos estudantes. Situações de rejeição, descrédito ou exclusão simbólica comprometem a autoestima, o sentimento de pertencimento e a participação dos alunos nas atividades escolares.

Amaral (1998) argumenta que preconceitos relacionados à deficiência produzem impactos profundos na constituição subjetiva dos indivíduos. Segundo a autora, experiências contínuas de exclusão tendem a gerar insegurança, retraimento e dificuldades de interação social.

Nesse contexto, a formação docente desempenha papel fundamental na superação das barreiras atitudinais presentes no ambiente escolar. A formação inicial e continuada possibilita o desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e competências necessárias para a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Pletsch (2014) afirma que a formação docente constitui um dos principais elementos para a consolidação da educação inclusiva. Da mesma forma, Carvalho (2012) ressalta que a formação dos profissionais da educação deve contemplar reflexões sobre diversidade, inclusão e práticas pedagógicas voltadas ao atendimento das necessidades educacionais de todos os estudantes. Nessa perspectiva, destaca-se que “a formação continuada, quando realizada de forma efetiva,

promove a reflexão crítica sobre preconceitos e barreiras invisíveis, permitindo que o professor desenvolva práticas menos capacitistas e mais acolhedoras” (Ferreira, 2025, p. 12). Assim, a formação docente não deve restringir-se apenas aos aspectos técnicos da inclusão escolar, mas também favorecer a transformação das atitudes, concepções e práticas presentes no cotidiano educacional.

Diante dessas reflexões, torna-se evidente que a superação das barreiras atitudinais constitui um dos principais desafios para a efetivação da inclusão escolar. A construção de uma escola inclusiva exige mudanças nas concepções educacionais, nas práticas pedagógicas e nas atitudes presentes no ambiente escolar.

Sasaki (2010) destaca que a inclusão envolve uma transformação profunda nas formas de compreender a diversidade humana. Nesse mesmo sentido, Mantoan (2003) e Pletsch (2014) afirmam que a promoção de atitudes inclusivas é fundamental para garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos da Educação Especial.

### **3.2 Manifestações das barreiras atitudinais no cotidiano escolar**

As manifestações das barreiras atitudinais no cotidiano escolar aparecem em práticas, discursos e relações que dificultam a inclusão dos alunos da Educação Especial. Amaral (1998) afirma que o preconceito contra a deficiência foi historicamente naturalizado nas relações sociais. No espaço escolar, isso se traduz em discriminações, isolamento, superproteção e descrédito quanto à aprendizagem. Assim, compreender essas manifestações exige observar o cotidiano pedagógico e suas formas silenciosas de exclusão.

Nesse primeiro movimento, percebe-se que as baixas expectativas sobre os estudantes da Educação Especial constituem uma manifestação recorrente das barreiras atitudinais. Crochík (2011) argumenta que o preconceito interfere na forma como o sujeito é percebido socialmente. Mantoan (2003) complementa que a escola precisa reconhecer as potencialidades dos alunos, e não apenas suas limitações. Desse modo, expectativas reduzidas limitam a participação e abrem caminho para outras práticas excludentes.

Além das expectativas negativas, a exclusão indireta também se apresenta como manifestação cotidiana das barreiras atitudinais no ambiente escolar. Beyer (2006) afirma que a exclusão pode ocorrer mesmo quando o aluno está fisicamente presente na classe comum. Nesses casos, o estudante participa pouco, recebe atividades paralelas ou permanece isolado. Portanto, a presença física não garante inclusão efetiva quando não há participação pedagógica real.

A partir dessa exclusão silenciosa, a superproteção surge como outra manifestação atitudinal que compromete a autonomia dos estudantes da Educação Especial. Facion (2008) observa que práticas paternalistas podem limitar o desenvolvimento da independência dos alunos. Glat e Blanco (2007) reforçam que a inclusão exige participação ativa, e não tutela permanente. Assim, o cuidado excessivo pode transformar-se em impedimento ao protagonismo escolar.

Em continuidade a esse processo, a resistência à adaptação das práticas pedagógicas também revela barreiras atitudinais presentes no cotidiano escolar. Prieto (2006) afirma que muitos obstáculos à inclusão decorrem da permanência de concepções tradicionais de ensino. Carvalho (2012) acrescenta que a escola inclusiva exige respostas pedagógicas flexíveis. Dessa maneira, metodologias rígidas acabam impedindo que os estudantes participem das atividades em igualdade de oportunidades.

Nesse mesmo percurso, a delegação da responsabilidade ao professor de apoio expressa uma compreensão limitada sobre inclusão escolar. Mittler (2003) defende que a inclusão depende da participação de toda a comunidade educativa. Glat e Pletsch (2011) também ressaltam a importância do trabalho colaborativo entre professores e equipe escolar. Logo, quando a responsabilidade é isolada, a escola reforça uma inclusão fragmentada.

Outro aspecto ligado às relações escolares é o isolamento social vivenciado por muitos alunos da Educação Especial. Omote (2008) afirma que atitudes sociais negativas interferem diretamente nas possibilidades de convivência das pessoas com deficiência. Amaral (1998) complementa que o preconceito produz afastamento e invisibilidade. Nesse sentido, “como discutimos, barreiras atitudinais se traduzem em discriminação e preconceito” (Ribeiro; Simões; Paiva, 2017, p. 221). Com isso, a exclusão deixa de ser apenas pedagógica e passa a afetar também o pertencimento social do estudante.

Nessa direção, o bullying e a ridicularização constituem manifestações graves das barreiras atitudinais no cotidiano escolar. Crochík (2011) explica que o preconceito se materializa em práticas de inferiorização do outro. No caso dos alunos da Educação Especial, apelidos, piadas e rejeições produzem sofrimento e retraimento. Assim, a violência simbólica compromete a participação escolar e fragiliza os vínculos construídos na escola.

Associado a essas práticas, o capacitismo também se revela como uma manifestação central das barreiras atitudinais. Mello (2016) define o capacitismo como a inferiorização das pessoas com deficiência a partir de padrões corporais, intelectuais e sociais considerados

normais. No cotidiano escolar, isso ocorre quando o aluno é visto como incapaz de aprender. Desse modo, o capacitismo sustenta práticas de descrédito e exclusão simbólica.

[...] apesar dos avanços legislativos e normativos que asseguram o direito à educação inclusiva, o capacitismo entendido como o preconceito e discriminação contra pessoas com deficiência ainda se mantém presente de maneira sutil, muitas vezes invisível, no ambiente escolar (Ferreira, 2025, p. 4).

Nesse contexto, percebe-se que determinadas práticas discriminatórias permanecem naturalizadas nas relações escolares, dificultando a consolidação de ambientes verdadeiramente inclusivos. Assim, o capacitismo continua interferindo diretamente nas oportunidades de participação, aprendizagem e convivência dos estudantes da Educação Especial.

Além das atitudes individuais, as práticas pedagógicas padronizadas reforçam a permanência das barreiras atitudinais na escola. Mendes (2010) afirma que a inclusão exige estratégias que considerem diferentes ritmos e formas de aprendizagem. Carvalho (2012) também destaca que a rigidez pedagógica dificulta a participação dos alunos com deficiência. Portanto, quando todos são avaliados e ensinados da mesma forma, a diferença passa a ser tratada como problema.

Seguindo essa lógica, as práticas avaliativas homogêneas também expressam manifestações de barreiras atitudinais no cotidiano escolar. Mendes (2010) argumenta que avaliações padronizadas podem excluir estudantes que necessitam de diferentes formas de demonstrar aprendizagem. Prieto (2006) reforça que a flexibilização é parte essencial da inclusão. Assim, avaliar sem considerar singularidades reforça desigualdades e compromete o desenvolvimento acadêmico.

Outro espaço em que essas barreiras aparecem são as atividades coletivas, recreativas e culturais promovidas pela escola. Glat e Blanco (2007) afirmam que a participação social é elemento fundamental da inclusão escolar. Quando estudantes da Educação Especial são afastados de jogos, grupos, apresentações ou eventos, perdem oportunidades de convivência. Dessa forma, a exclusão social também se transforma em exclusão educacional.

Em articulação com essas práticas, as barreiras comunicacionais podem ser intensificadas por atitudes pouco acolhedoras. Prieto (2006) ressalta que a inclusão exige mudanças nas formas de comunicação e interação escolar. Quando a escola não reconhece diferentes modos de expressão, estudantes com dificuldades comunicacionais ficam invisibilizados. Assim, a ausência de escuta também se converte em barreira atitudinal.

Nesse contexto, determinadas práticas escolares acabam restringindo a participação efetiva dos estudantes da Educação Especial nas experiências pedagógicas e sociais desenvolvidas pela escola:

Atitudes como inibir, coibir, desencorajar ou restringir pessoas deficientes para que não participem de determinadas atividades, ou não criar estratégias e espaços que permitam a comunicação plena, interpessoal, escrita e tecnológica entre todos os indivíduos, são exemplos recorrentes de barreiras atitudinais no ambiente escolar (Rodrigues; Souza, 2022, p. 2).

Dessa forma, percebe-se que as barreiras atitudinais não se limitam apenas às atitudes explicitamente preconceituosas, mas também se manifestam em práticas silenciosas que dificultam a comunicação, a participação e a convivência escolar dos estudantes da Educação Especial.

Outro ponto importante é a medicalização excessiva das dificuldades escolares, frequentemente utilizada para justificar a baixa participação dos estudantes. Pletsch (2014) afirma que práticas centradas apenas no diagnóstico tendem a reduzir o aluno à sua deficiência. Essa visão desloca o problema para o indivíduo e ignora fatores pedagógicos. Consequentemente, a escola deixa de rever suas práticas e mantém processos de exclusão.

Nessa mesma direção, a segregação dentro da própria sala regular evidencia a contradição entre presença física e inclusão efetiva. Beyer (2006) observa que o estudante pode estar na classe comum e, ainda assim, permanecer excluído das atividades coletivas. Isso ocorre quando realiza tarefas isoladas ou desvinculadas da turma. Portanto, a inclusão exige participação compartilhada, e não apenas localização no mesmo espaço.

Além da segregação pedagógica, a negação da autonomia também aparece como manifestação cotidiana das barreiras atitudinais. Facion (2008) destaca que atitudes assistencialistas podem comprometer o desenvolvimento da independência dos estudantes. Quando o aluno não é estimulado a escolher, tentar ou participar, sua capacidade é constantemente subestimada. Assim, a escola reforça dependências em vez de promover emancipação.

A cultura institucional da escola também pode manter barreiras atitudinais de forma coletiva e naturalizada. Rodrigues (2006) afirma que modelos seletivos e competitivos dificultam a valorização da diversidade. Glat e Pletsch (2011) acrescentam que a inclusão exige mudanças culturais profundas. Desse modo, não basta alterar práticas individuais; é necessário transformar concepções institucionais sobre deficiência e aprendizagem.

Em consequência dessa cultura, algumas escolas ainda veem a presença do aluno da Educação Especial como dificuldade adicional ao trabalho docente. Mantoan (2003) critica essa

lógica, pois ela mantém a ideia de que a escola deve atender apenas alunos considerados dentro de um padrão. Sasaki (2010) reforça que a inclusão requer mudança social e atitudinal. Assim, a diferença precisa ser compreendida como parte da vida escolar.

Outro efeito dessas manifestações é o enfraquecimento do sentimento de pertencimento dos estudantes da Educação Especial. Omote (2008) afirma que atitudes sociais negativas comprometem as relações de participação. Quando o aluno percebe que não é esperado, valorizado ou incluído, sua relação com a escola torna-se frágil. Dessa maneira, as barreiras atitudinais atingem também a dimensão subjetiva da escolarização.

Por consequência, os impactos emocionais das barreiras atitudinais não podem ser separados dos processos de aprendizagem. Amaral (1998) destaca que a experiência do preconceito interfere na constituição da autoestima das pessoas com deficiência. Crochík (2011) acrescenta que a discriminação produz marcas sociais e subjetivas. Portanto, rejeição, invisibilidade e descrédito comprometem tanto o desenvolvimento acadêmico quanto o socioemocional.

Diante desse percurso, percebe-se que as manifestações das barreiras atitudinais não ocorrem de forma isolada no cotidiano escolar. Elas se articulam nas práticas pedagógicas, nas relações sociais, nas avaliações, na comunicação e na cultura institucional. Pletsch (2014) afirma que a inclusão depende da revisão das políticas, currículos e práticas escolares. Assim, enfrentar essas barreiras exige uma transformação ampla da escola.

Portanto, as manifestações das barreiras atitudinais no cotidiano escolar revelam que a inclusão ainda enfrenta desafios profundamente relacionados às atitudes humanas. Sasaki (2010) afirma que a construção de uma sociedade inclusiva requer a eliminação de barreiras sociais e culturais. No campo educacional, isso implica rever preconceitos, práticas e concepções sobre deficiência. Desse modo, superar tais manifestações constitui condição indispensável para uma escola democrática e inclusiva.

### **3.3 Impactos das barreiras atitudinais na inclusão dos alunos da Educação Especial**

Os impactos das barreiras atitudinais na inclusão dos alunos da Educação Especial manifestam-se diretamente nos processos de aprendizagem, participação e pertencimento escolar. Amaral (1998) afirma que atitudes discriminatórias relacionadas à deficiência afetam profundamente a constituição social e emocional dos sujeitos. Omote (2008) complementa essa discussão ao destacar que práticas excludentes comprometem a participação dos estudantes no

ambiente escolar. Dessa maneira, os impactos dessas barreiras ultrapassam as dificuldades pedagógicas e atingem também as relações humanas construídas na escola.

Nesse contexto, a limitação das oportunidades de aprendizagem representa um dos principais impactos das barreiras atitudinais na inclusão escolar. Crochík (2011) afirma que preconceitos e expectativas negativas influenciam diretamente as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores. Como consequência, muitos estudantes acabam recebendo menos estímulos acadêmicos e menores oportunidades de participação nas atividades escolares. Além das dificuldades relacionadas à aprendizagem, essas barreiras também interferem no sentimento de pertencimento dos estudantes.

A fragilidade do pertencimento escolar constitui outro impacto relevante das barreiras atitudinais presentes no cotidiano das instituições educacionais inclusivas. Omote (2008) afirma que atitudes excludentes dificultam a construção de vínculos sociais entre os estudantes. Victor, Vieira e Oliveira (2017) complementam essa discussão ao destacarem que experiências contínuas de rejeição favorecem sentimentos de invisibilidade escolar. Nesse cenário, muitos alunos passam a perceber a escola como espaço pouco acolhedor.

Paralelamente ao pertencimento fragilizado, os impactos emocionais também se tornam evidentes. A fragilização da autoestima representa um impacto significativo das barreiras atitudinais no contexto da inclusão escolar contemporânea. Amaral (1998) argumenta que experiências recorrentes de discriminação produzem sentimentos de insegurança e inferioridade. Camargo (2017) complementa essa discussão ao afirmar que atitudes preconceituosas interferem diretamente na construção da identidade dos estudantes. Como resultado, muitos alunos passam a apresentar baixa confiança em suas capacidades.

Acrescenta-se ainda o isolamento social, que constitui uma consequência frequente das barreiras atitudinais presentes nas relações construídas no cotidiano escolar inclusivo. Silva e Carvalho (2017) afirmam que práticas discriminatórias dificultam o fortalecimento das relações interpessoais entre os estudantes. Glat e Blanco (2007) complementam essa discussão ao destacarem que a exclusão dos espaços coletivos compromete a convivência escolar. Dessa forma, muitos alunos acabam afastados das experiências sociais desenvolvidas pela escola. Associado ao isolamento, o desinteresse escolar também surge como impacto relevante dessas barreiras.

A desmotivação escolar representa outro impacto importante das barreiras atitudinais na inclusão dos estudantes da Educação Especial nas instituições educacionais brasileiras. Bueno (2008) afirma que experiências contínuas de rejeição favorecem sentimentos de

afastamento em relação à escola. Crochík (2011) complementa essa discussão ao destacar que práticas discriminatórias enfraquecem o envolvimento dos estudantes com o processo educativo. Como consequência, muitos alunos passam a apresentar baixa participação nas atividades pedagógicas.

Ainda nesse sentido, o comprometimento da autonomia constitui um dos impactos mais recorrentes das barreiras atitudinais no contexto da educação inclusiva contemporânea. Facion (2008) afirma que práticas excessivamente assistencialistas dificultam o desenvolvimento da independência dos estudantes da Educação Especial. Glat e Pletsch (2011) complementam essa discussão ao defenderem que a inclusão exige oportunidades reais de participação e protagonismo escolar. Nesse contexto, atitudes paternalistas acabam fortalecendo relações de dependência.

Paralelamente à limitação da autonomia, as barreiras atitudinais também interferem na relação entre escola e família. As dificuldades construídas nesta relação representam impactos importantes das barreiras atitudinais na inclusão escolar contemporânea. Carvalho (2012) afirma que práticas excludentes dificultam a participação das famílias nas decisões pedagógicas relacionadas aos estudantes da Educação Especial. Victor, Vieira e Oliveira (2017) complementam essa discussão ao destacarem que muitas famílias se sentem desvalorizadas pela escola. Dessa maneira, a fragilidade dessa parceria compromete o fortalecimento das práticas inclusivas.

Além das relações familiares, a exclusão simbólica constitui um impacto frequente das barreiras atitudinais presentes nas instituições escolares voltadas à educação inclusiva. Beyer (2006) afirma que muitos estudantes permanecem fisicamente presentes na escola, mas afastados das experiências efetivas de participação e aprendizagem. Mendes (2010) complementa essa discussão ao argumentar que práticas pedagógicas padronizadas favorecem processos de invisibilidade educacional. Como consequência, os alunos acabam incluídos apenas formalmente nos espaços escolares.

Dessa forma, as barreiras atitudinais interferem diretamente na construção de práticas pedagógicas inclusivas capazes de atender às necessidades dos alunos da Educação Especial. Prieto (2006) afirma que concepções tradicionais sobre ensino e aprendizagem dificultam metodologias flexíveis e acessíveis. Carvalho (2012) complementa essa discussão ao destacar que práticas pedagógicas rígidas limitam a participação dos estudantes nas atividades escolares. Nesse cenário, a permanência dessas barreiras compromete a efetivação da inclusão escolar.

As barreiras atitudinais interferem diretamente na construção de práticas pedagógicas inclusivas capazes de atender às necessidades dos alunos da Educação Especial. Prieto (2006) afirma que concepções tradicionais sobre ensino e aprendizagem dificultam metodologias flexíveis e acessíveis. Carvalho (2012) complementa essa discussão ao destacar que práticas pedagógicas rígidas limitam a participação dos estudantes nas atividades escolares. Nesse cenário, a permanência dessas barreiras compromete a efetivação da inclusão escolar.

Nesse sentido, estudos recentes apontam que as dificuldades relacionadas à inclusão escolar ultrapassam os aspectos estruturais e envolvem também práticas institucionais e culturais presentes no cotidiano educacional:

Apesar da ampla legislação e das diretrizes educacionais que afirmam a necessidade de inclusão, observa-se que a efetivação desses preceitos encontra barreiras significativas, desde o preparo insuficiente dos professores até a falta de recursos adequados e o preconceito institucionalizado, que pode se manifestar tanto de forma explícita quanto velada (Ferreira, 2025, p. 5).

Dessa forma, percebe-se que a efetivação da inclusão escolar depende não apenas da existência de políticas públicas, mas também da transformação das práticas pedagógicas, das atitudes e das relações construídas nas instituições educacionais.

Além dos prejuízos pedagógicos, essas barreiras também favorecem processos de evasão escolar. O afastamento progressivo dos estudantes da Educação Especial constitui outro impacto relevante das barreiras atitudinais no cotidiano das instituições escolares brasileiras. De acordo com os estudos de Bueno (2008), experiências contínuas de exclusão favorecem sentimentos de rejeição em relação à escola. Omote (2008) complementa essa discussão ao destacar que práticas discriminatórias comprometem o vínculo dos estudantes com o ambiente educacional. Como resultado, muitos alunos passam a apresentar dificuldades de permanência escolar.

Paralelamente ao afastamento, as barreiras atitudinais também reforçam desigualdades historicamente construídas. O fortalecimento das desigualdades sociais e educacionais representa um impacto importante das barreiras atitudinais na inclusão dos estudantes da Educação Especial. Mello (2016) afirma que o capacitismo sustenta práticas sociais que inferiorizam pessoas com deficiência. Mantoan (2003) complementa essa discussão ao destacar que a escola ainda reproduz concepções excludentes relacionadas à deficiência. Dessa maneira, as barreiras atitudinais reforçam desigualdades já existentes no contexto social.

Nesse sentido, observa-se que,

pessoas com deficiência, que não atendem ao padrão estabelecido pela cultura ideológica de normalidade, foram e são sempre vitimadas por preconceitos, estereótipos e barreiras atitudinais, recebendo o rótulo de limitados e incapacitados, sendo-lhes

proibido o exercício de papéis sociais que lhes são de direito” (Ribeiro; Simões; Paiva, 2017, p. 213).

Essa realidade demonstra que as barreiras atitudinais não se restringem ao espaço escolar, mas refletem construções sociais historicamente consolidadas sobre deficiência e normalidade. Assim, tais concepções acabam influenciando diretamente as práticas educacionais e as relações construídas no ambiente escolar.

Para além das desigualdades sociais, essas barreiras também interferem na cultura institucional das escolas. Os impactos das barreiras atitudinais atingem diretamente as culturas institucionais construídas nas escolas voltadas à educação inclusiva contemporânea. Rodrigues (2006) afirma que modelos seletivos e competitivos dificultam a valorização da diversidade humana no ambiente escolar. Glat (2018) complementa essa discussão ao defender que a inclusão exige mudanças profundas nas relações pedagógicas e institucionais desenvolvidas pela escola. Como consequência, instituições que mantêm práticas excludentes acabam reproduzindo preconceitos historicamente consolidados.

Soma-se a isso, os impactos dessas barreiras também afetam a participação coletiva dos estudantes. A limitação da participação coletiva representa outro impacto significativo das barreiras atitudinais na inclusão escolar dos alunos da Educação Especial. Mendes (2010) afirma que práticas pedagógicas inflexíveis dificultam as oportunidades de convivência e interação social entre os estudantes. Glat e Blanco (2007) complementam essa discussão ao destacarem que a participação coletiva constitui elemento essencial para o fortalecimento do pertencimento escolar.

Nesse contexto, muitos alunos permanecem apenas como espectadores das atividades desenvolvidas pela turma, pois as barreiras atitudinais enfraquecem tanto a inclusão social quanto a inclusão educacional. Os impactos emocionais produzidos pelas barreiras atitudinais comprometem significativamente o desenvolvimento integral dos estudantes da Educação Especial no ambiente escolar inclusivo. Amaral (1998) afirma que experiências contínuas de discriminação interferem diretamente na autoestima e na percepção que os sujeitos constroem sobre si mesmos. Crochík (2011) complementa essa discussão ao destacar que práticas preconceituosas produzem marcas sociais e emocionais profundas nos estudantes.

Assim, os impactos dessas barreiras ultrapassam as dificuldades acadêmicas e atingem também a dimensão subjetiva dos alunos. Por fim, os impactos das barreiras atitudinais demonstram que a inclusão escolar ainda enfrenta desafios relacionados principalmente às atitudes construídas nas relações humanas e institucionais. Sasaki (2010) afirma que a construção de uma sociedade inclusiva depende da eliminação das barreiras sociais e

educacionais que limitam a participação das pessoas com deficiência. Pletsch (2014) complementa essa discussão ao defender que a inclusão exige transformação das práticas pedagógicas e das culturas escolares. Dessa maneira, enfrentar os impactos dessas barreiras constitui condição essencial para a efetivação da educação inclusiva contemporânea.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As discussões apresentadas nesta seção fundamentam-se nas produções científicas selecionadas ao longo da pesquisa bibliográfica, considerando autores que abordam as barreiras atitudinais, a inclusão escolar e os desafios enfrentados pelos alunos da Educação Especial no ambiente educacional. As análises desenvolvidas articulam diferentes perspectivas teóricas relacionadas às práticas pedagógicas, ao preconceito, ao capacitismo e às relações construídas no cotidiano escolar.

Nesse contexto, o Quadro 1 apresenta os principais autores utilizados na construção deste estudo, destacando conceitos centrais, contribuições teóricas e aproximações com a temática das barreiras atitudinais na inclusão escolar dos estudantes da Educação Especial.

**Quadro 1 – Quadro 1 – Principais autores e contribuições teóricas sobre barreiras atitudinais e inclusão escolar**

Autor	Conceito central	Contribuição principal	Relação com o tema do artigo
Mantoan (2003)	Inclusão escolar	Discute a ruptura do modelo homogêneo de ensino e a valorização das diferenças.	Fundamenta a necessidade de transformação das práticas escolares excludentes.
Sasaki (2010)	Barreiras atitudinais	Define os diferentes tipos de barreiras presentes na sociedade e na escola.	Explica como atitudes preconceituosas dificultam a inclusão educacional.
Omote (2008)	Preconceito e exclusão	Analisa os impactos sociais e emocionais da discriminação contra pessoas com deficiência.	Contribui para compreender os impactos subjetivos das barreiras atitudinais.
Glat e Blanco (2007)	Cultura escolar inclusiva	Defendem a reorganização das práticas pedagógicas e institucionais.	Evidenciam a necessidade de mudanças culturais na escola inclusiva.
Mendes (2010)	Invisibilidade pedagógica	Discute os limites das práticas padronizadas no contexto educacional.	Demonstra como a exclusão pode ocorrer mesmo em ambientes inclusivos.
Mello (2016)	Capacitismo	Analisa práticas sociais que inferiorizam pessoas com deficiência.	Fundamenta a discussão sobre discriminação e barreiras simbólicas na escola.
Pletsch (2014)	Formação docente	Debate os desafios da formação de professores para a inclusão escolar.	Relaciona formação continuada à superação das barreiras atitudinais.
Carvalho (2012)	Práticas pedagógicas inclusivas	Discute estratégias pedagógicas voltadas à valorização da diversidade.	Contribui para a análise das dificuldades institucionais da inclusão escolar.

Crochík (2011)	Preconceito social	Analisa o preconceito como construção histórica e cultural.	Explica como atitudes discriminatórias interferem nas relações escolares.
Mittler (2003)	Participação coletiva	Defende a inclusão como responsabilidade de toda a comunidade escolar.	Sustenta a importância do trabalho colaborativo no processo inclusivo.

**Fonte:** Elaboração própria. 2026.

A partir das contribuições apresentadas no quadro síntese, observa-se que os estudos analisados estabelecem aproximações importantes acerca das dificuldades enfrentadas pela inclusão escolar no contexto da Educação Especial. Embora os autores adotem diferentes perspectivas teóricas, as discussões convergem para a compreensão de que preconceitos, práticas excludentes e concepções capacitistas ainda interferem nas relações pedagógicas e sociais construídas no ambiente escolar.

A partir do referencial apresentado, observa-se que as barreiras atitudinais no ambiente escolar demonstra que a inclusão educacional ainda enfrenta obstáculos relacionados principalmente às relações humanas e às concepções construídas sobre deficiência. Mantoan (2003) afirma que a escola tradicional foi organizada historicamente para atender a um modelo homogêneo de estudante, dificultando o reconhecimento das diferenças no processo educativo. Sasaki (2010) complementa essa discussão ao destacar que as barreiras atitudinais surgem de preconceitos e estigmas socialmente naturalizados sobre as pessoas com deficiência. Crochík (2011), por sua vez, argumenta que o preconceito interfere diretamente nas formas de convivência e participação social dos sujeitos considerados fora dos padrões estabelecidos pela sociedade. Diante dessas reflexões, percebe-se que as barreiras atitudinais não são fenômenos isolados, mas construções históricas e culturais que continuam influenciando as práticas escolares contemporâneas.

Além disso, os resultados analisados demonstram que a exclusão escolar frequentemente ocorre de maneira simbólica e silenciosa, mesmo em instituições consideradas inclusivas. Beyer (2006) afirma que muitos estudantes permanecem fisicamente inseridos na sala de aula, mas afastados das experiências efetivas de aprendizagem e participação coletiva. Mendes (2010) reforça essa discussão ao argumentar que práticas pedagógicas padronizadas favorecem processos de invisibilidade educacional, sobretudo quando ignoram diferentes ritmos e formas de aprendizagem. Glat e Blanco (2007) acrescentam que a ausência de reorganização das práticas pedagógicas contribui para a manutenção de relações excludentes dentro da escola. Nesse sentido, entende-se que a inclusão escolar não pode ser reduzida apenas ao acesso físico à escola,

sendo necessário garantir participação efetiva, reconhecimento e valorização das singularidades dos estudantes.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se aos impactos emocionais produzidos pelas barreiras atitudinais no desenvolvimento dos alunos da Educação Especial. Amaral (1998) afirma que experiências contínuas de discriminação produzem insegurança, retraimento e dificuldades de interação social. Omote (2008) complementa essa análise ao destacar que atitudes sociais negativas comprometem o sentimento de pertencimento dos estudantes no ambiente escolar. Victor, Vieira e Oliveira (2017) acrescentam que práticas excludentes favorecem sentimentos de invisibilidade e afastamento em relação à escola. A partir dessas discussões, compreende-se que os impactos das barreiras atitudinais ultrapassam os limites acadêmicos e atingem profundamente a constituição subjetiva e emocional dos estudantes da Educação Especial.

Os autores analisados também evidenciam que o capacitismo permanece como uma das principais expressões das barreiras atitudinais no contexto educacional contemporâneo. Mello (2016) define o capacitismo como um conjunto de práticas sociais que inferiorizam pessoas com deficiência a partir de padrões corporais e intelectuais considerados normais. Mantoan (2003) afirma que muitas instituições escolares ainda reproduzem concepções que enxergam os estudantes da Educação Especial apenas por suas limitações. Sasaki (2010) complementa essa discussão ao defender que a superação das barreiras atitudinais exige mudanças sociais e institucionais profundas. Dessa maneira, percebe-se que o capacitismo interfere diretamente nas oportunidades de aprendizagem, convivência e participação oferecidas aos estudantes no ambiente escolar.

Outro ponto importante refere-se à formação docente como elemento essencial para a superação das barreiras atitudinais presentes nas instituições escolares. Pletsch (2014) afirma que a formação inicial e continuada dos professores constitui um dos principais fatores para a consolidação da educação inclusiva. Carvalho (2012) acrescenta que a formação docente precisa promover reflexões sobre diversidade, preconceito e práticas pedagógicas inclusivas. Prieto (2006) complementa essa discussão ao defender que metodologias flexíveis e acessíveis são fundamentais para garantir participação efetiva dos estudantes da Educação Especial. Nesse contexto, entende-se que a construção de práticas menos capacitistas depende diretamente do fortalecimento da formação crítica e reflexiva dos profissionais da educação.

Por fim, os resultados demonstram que a efetivação da inclusão escolar exige transformações que ultrapassam aspectos estruturais e legais, envolvendo mudanças culturais,

pedagógicas e sociais dentro das instituições educacionais. Mittler (2003) afirma que a inclusão depende da participação coletiva de toda a comunidade escolar. Glat (2018) complementa essa discussão ao destacar que práticas inclusivas exigem reorganização das relações pedagógicas e institucionais construídas no cotidiano escolar. Rodrigues (2006) acrescenta que modelos educacionais seletivos e competitivos dificultam a valorização da diversidade humana. Assim, compreende-se que enfrentar as barreiras atitudinais significa transformar não apenas as práticas pedagógicas, mas também as formas de convivência e compreensão da diferença no espaço escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as barreiras atitudinais presentes no ambiente escolar e compreender de que maneira essas atitudes interferem no processo de inclusão dos alunos da Educação Especial no contexto da educação básica. A partir das discussões desenvolvidas ao longo da pesquisa, foi possível refletir sobre os desafios existentes nas relações pedagógicas e institucionais que envolvem a inclusão escolar contemporânea.

A metodologia utilizada fundamentou-se em uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, caráter descritivo e exploratório, permitindo o aprofundamento teórico acerca das barreiras atitudinais e de seus impactos no contexto educacional. A utilização de produções científicas, documentos legais e obras especializadas possibilitou analisar diferentes perspectivas relacionadas ao preconceito, ao capacitismo, às práticas pedagógicas excludentes e às dificuldades enfrentadas pelos estudantes da Educação Especial no ambiente escolar.

Os resultados discutidos evidenciaram que as barreiras atitudinais permanecem como um dos principais obstáculos para a efetivação da inclusão escolar. Mesmo diante dos avanços legislativos relacionados à educação inclusiva, ainda são recorrentes práticas marcadas por discriminação, invisibilidade, baixas expectativas de aprendizagem, exclusão simbólica e resistência à valorização da diversidade humana nas instituições educacionais.

As discussões também demonstraram que essas barreiras produzem impactos significativos no desenvolvimento acadêmico, emocional e social dos estudantes da Educação Especial. Em muitos contextos, os alunos permanecem fisicamente inseridos na escola regular, porém afastados das experiências efetivas de participação, convivência e aprendizagem. Dessa forma, a inclusão escolar não pode ser compreendida apenas como acesso à matrícula, mas como garantia de participação plena no processo educativo.

Outro aspecto importante identificado na pesquisa refere-se à necessidade de fortalecimento da formação docente voltada à educação inclusiva. As análises desenvolvidas demonstraram que a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas depende da formação crítica e reflexiva dos profissionais da educação, sobretudo no que se refere à superação de preconceitos e atitudes capacitistas presentes no cotidiano escolar.

A principal contribuição deste estudo consiste em ampliar as discussões sobre as barreiras atitudinais como elemento central para a compreensão dos limites da inclusão escolar contemporânea. Ao enfatizar os impactos das atitudes discriminatórias nas relações pedagógicas e sociais construídas na escola, a pesquisa contribui para o fortalecimento de reflexões voltadas à construção de ambientes educacionais mais democráticos, humanizados e inclusivos.

Entre os pontos fortes da pesquisa, destaca-se a articulação entre diferentes referenciais teóricos relacionados à inclusão escolar, às barreiras atitudinais e ao capacitismo, possibilitando uma análise ampla sobre os desafios enfrentados pelos estudantes da Educação Especial no ambiente escolar. Como limitação, ressalta-se o fato de o estudo possuir caráter exclusivamente bibliográfico, não contemplando investigação de campo junto às instituições escolares.

Portanto, sugere-se que pesquisas futuras desenvolvam estudos de campo voltados à análise das barreiras atitudinais em diferentes contextos educacionais, considerando a percepção de professores, estudantes, gestores escolares e famílias acerca dos desafios enfrentados no processo de inclusão escolar. Também se considera relevante o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à formação docente e às práticas pedagógicas inclusivas na educação básica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Lígia Assumpção. **Conhecendo a deficiência**: em companhia de Hércules. São Paulo: Robe Editorial, 1998.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CAFÉ, Alessandra Santana Midlej; WUO, Andrea Soares. Barreiras atitudinais na educação especial: o olhar de professores da Educação Especial. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 28, p. 1-20, e-24838.026, 2025.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

CROCHÍK, José Leon. **Preconceito, indivíduo e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

FACION, José Raimundo. **Inclusão escolar e suas implicações**. Curitiba: Ibpex, 2008. FERREIRA, Cassiana Maria Arruda. Desconstruindo o capacitismo na educação: estratégias de práticas inclusivas para alunos com autismo no ensino médio regular. **Ciências Humanas**, 08 ago. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, Rosana (org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: cultura e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2018.

25

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e capacitismo: novos aportes para os estudos da deficiência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão escolar e a efetivação do direito à educação**. São Carlos: EduFSCar, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OMOTE, Sadao. Inclusão escolar: perspectivas e desafios. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 21, n. 32, p. 15-26, 2008.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: conquistas e desafios diante de políticas públicas. In: ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006. p. 45-74.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2014.

RIBEIRO, Ernani Nunes; SIMÕES, José Luís; PAIVA, Fábio da Silva. Inclusão escolar e barreiras atitudinais: um diálogo sob a perspectiva da sociologia de Pierre Bourdieu. **Olhares**, Guarulhos, v. 5, n. 2, p. 210-226, novembro 2017.

RODRIGUES, Leticia Renedo; SOUZA, Sheila Carla de. **Preconceito e barreiras atitudinais na escola pública: os desafios da educação especial inclusiva**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins de. **Educação inclusiva e práticas pedagógicas: perspectivas contemporâneas**. Curitiba: Appris, 2017.

ZANZARINI, Brena Santana. **Inclusão escolar: um estudo das barreiras atitudinais**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/19060>. Acesso em: 5 mar. 2026.